

“Faroeste paulista”: a questão agrária e a produção do habitat rural no Oeste do estado de São Paulo

Akemi Ino, Angel Stive Castañeda Rodriguez,
Anaís Guéguen Perrin, Mathilde Teixeira Col,
Rodolfo José Viana Sertori, João Marcos de Almeida Lopes,
Cecília Corrêa Lenzi, Fernanda Seleguim*



Figura da página anterior

(recorte): Trabalhadores capinam nova plantação de cana-de-açúcar na usina São Francisco, no município de Sertãozinho, estado de São Paulo. Fonte: Autoria de J. R. Ripper. (Imagem acrescentada pelos editores desta edição temática ao presente artigo)

Resumo Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa, cujo objetivo inicial foi analisar a produção do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) em três assentamentos rurais paulistas. Seu desenrolar, contudo, direcionou o tratamento teórico do problema habitacional para uma concepção ampliada do habitat camponês. Partindo da hipótese de que a questão da habitação rural está vinculada à questão agrária, os conflitos entranhados na produção desses assentamentos permitiram a elaboração de três diagnósticos, os quais, além de confirmarem a pertinência da temática para o nosso campo científico, também orientaram o trabalho analítico. As conclusões indicam que as condições de violência, reproduzidas pelo enfrentamento entre o agronegócio e os camponeses, reeditam e repõem aspectos que nos sugerem identificarmos, ali, um verdadeiro faroeste paulista.

Palavras-chave: política habitacional, reforma agrária, habitação rural.

“Lejano Oeste Paulista”: la cuestión agraria y la producción del hábitat rural en el oeste del estado de São Paulo

Resumen Este artículo presenta los resultados de una investigación, cuyo objetivo inicial fue analizar la producción del PNHR en tres asentamientos rurales del estado de São Paulo. Su desarrollo, sin embargo, orientó teóricamente el problema de la vivienda hacia una perspectiva integral del hábitat campesino. Basado en la hipótesis de que la problemática de la vivienda rural está vinculada a la cuestión agraria, los conflictos incorporados en la producción de estos asentamientos permitieron la elaboración de tres diagnósticos, que se constituyen en temas para nuestro campo científico además de estructurar este trabajo. Las conclusiones indican que las condiciones de violencia, reproducidas por la confrontación entre el agronegócio y la población campesina, reintroducen y repiten aspectos que sugieren la existencia de lo que llamamos el Lejano Oeste de São Paulo.

Palabras clave: política de vivienda, reforma agrária, vivienda rural.

“Wild West of São Paulo”: the agrarian question and the production of rural habitat in the west of the state of São Paulo

Abstract This article presents the results of a research, whose initial objective was to analyze the production of the PNHR in three rural settlements in the state of São Paulo. Its development, however, directed the theoretical treatment of the housing problem to an expanded perspective of the rural habitat. Based on the hypothesis that the rural housing problem integrates the agrarian question, the conflicts present in the production of these rural settlements allowed us to the elaboration of three diagnoses. These diagnoses constitute themselves as themes for our scientific field and structure this work. The conclusions indicates that the conditions of violence, reproduced by the confrontation between agribusiness and the peasant population, reintroduce and repeat aspects that suggest the existence of what we call the Far West of São Paulo.

Keywords: housing policy, land reform, rural housing.

A questão agrária no “faroeste paulista”

Não foi o acaso que orientou nossa atenção para o extremo Oeste do estado de São Paulo. Foi lá que, nos assentamentos de reforma agrária instalados nos então denominados “terrenos desconhecidos” (FELICIANO, 2009, p. 218), dava-se início, em 2015, à implementação do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), uma das modalidades do extinto Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

De acordo com a divisão regional utilizada pela Caixa Econômica Federal (CEF), principal agente financeiro do PNHR, o Oeste Paulista abrange as Regiões Administrativas de Araçatuba e Presidente Prudente. Na primeira, está localizado o município de Mirandópolis, onde se encontra o assentamento rural Florestan Fernandes. Na segunda, localizam-se os assentamentos rurais Boa Esperança, no município de Pacaembu, e o Dona Carmem, situado na divisa entre os municípios de Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio. Até o final de 2016, as duas regiões concentravam o maior número de assentamentos rurais (42 na região de Araçatuba e 115 na região de Presidente Prudente) e de famílias assentadas (3.657 e 6.116 famílias, respectivamente) do estado de São Paulo¹.

Ao mesmo tempo, as terras do Oeste Paulista já haviam se transformado em áreas privilegiadas para a expansão produtiva do setor sucroenergético no estado. Favorecida pela ampla captação de recursos públicos, promovida a partir de 2003 e 2005, o setor sucroenergético também se beneficiava por sua inserção no mercado de capitais, bem como com a criação de joint ventures (fusões ou associações de risco compartilhado) com empresas estrangeiras.

Ao redor dos três primeiros assentamentos rurais do estado atendidos pelo PNHR – os quais viriam a se tornar os estudos de caso dessa pesquisa² – as plantações de cana e as usinas sucroenergéticas anunciavam a solidez da política agroexportadora mundializada³ e, em paralelo, reafirmavam que as disputas pela propriedade da terra na região ainda estavam longe de serem resolvidas.

Não é de hoje que essa região do estado de São Paulo – que estamos chamando de “faroeste paulista” – escancara uma das faces mais violentas da questão agrária brasileira. Imbricado nos conflitos contemporâneos entre assentados e usineiros, subjaz o complexo histórico da luta pela terra no Pontal do Paranapanema – que abrange quase a totalidade dos municípios que conformam a Região Administrativa de Presidente Prudente. De certa forma ignorada pela maioria dos especialistas em cidades (os arquitetos e urbanistas), a história do Pontal é marcada pela extrema violência e pela ilegalidade, implicando na expropriação de formas de vida e dos meios de reprodução de indígenas e camponeses há mais de 150 anos. A Lei de Terras, que em 1850 proibiu a transferência de terras devolutas por outro título que não o da compra, foi o que impulsionou a confusão dominial das terras do Pontal, segundo

* Akemi Ino, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-5362-4242>>. Angel Stive Castañeda Rodríguez, ORCID <<https://orcid.org/0000-0003-3849-4301>>. Anaïs Guéguen Perrin, ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-9238-482X>>. Mathilde Teixeira Col, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-9054-9798>>. Rodolfo José Viana Sertori, ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-5143-1167>>. João Marcos de Almeida Lopes, ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-9999-2473>>. Cecília Corrêa Lenzi, ORCID <<https://orcid.org/0000-0003-4023-7005>>. Fernanda Seleguim, ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-6575-2164>>.

Notas 1, 2 e 3 da página anterior:

1 A pesquisa considerou os assentamentos federais, administrados pelo INCRA e criados no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), e também os assentamentos estaduais, cuja administração é de responsabilidade da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).

2 Conforme apresentaremos no terceiro tópico.

3 Ver Oliveira (2016).

4 Uma perspectiva completa sobre a questão agrária no Pontal do Paranapanema pode ser obtida no documentário “O Pontal do Paranapanema”, dirigido por Chico Guariba e produzido pela Ecofalante em 2005, com duração de 52 minutos.

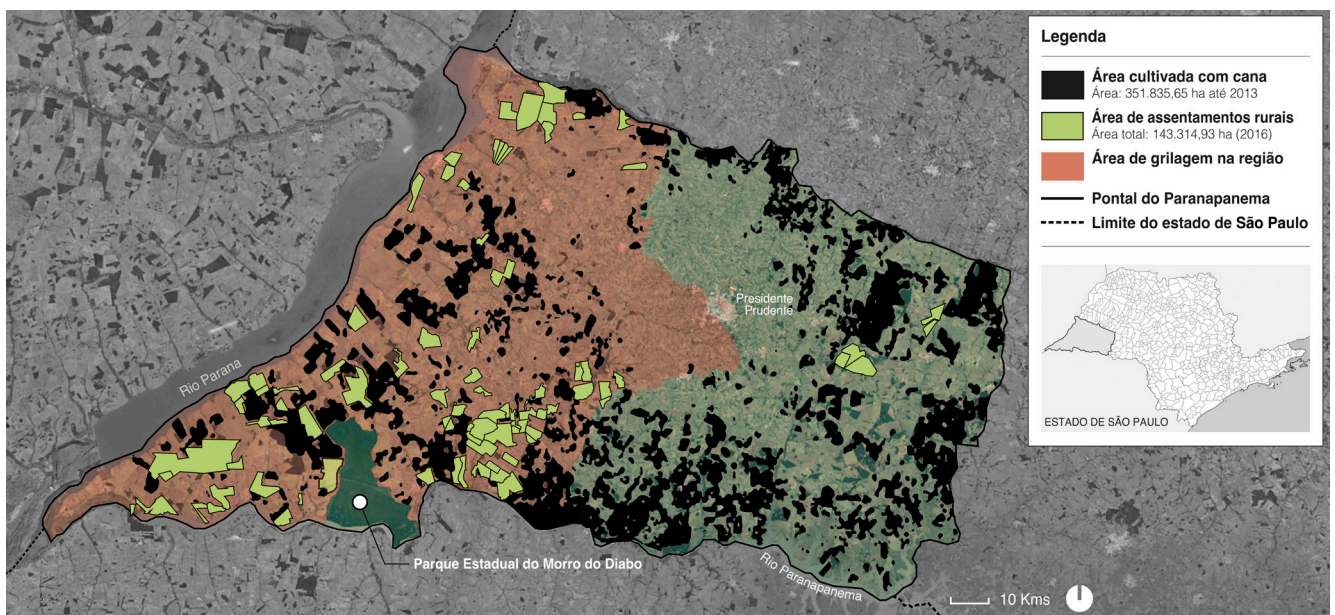
5 Para a elaboração do mapa, consultamos: Feliciano, 2009, p. 239; CANASAT/INPE e INCRA.

Figura 1: A origem da grilagem no Pontal do Paranapanema. Fonte: Elaboração dos autores, 2016⁵.

Feliciano (2009, p. 224). Como resultado, também nessa região do país promoveu-se uma intensa corrida pela titulação dos extensos latifúndios ali instalados de forma irregular. Dentre as diversas estratégias para legalizar o registro dominial das terras devolutas na região do Pontal, a grilagem – e não a compra – foi a principal delas (FELICIANO, 2009, p. 228). Dentre os principais grilos originários, estão as fazendas de Pirapó-Santo Anastácio, Três Ilhas, Cuiabá e Ribeirão Claro. Na Figura 1 é possível termos a dimensão do contexto agrário da região, assim como a localização do que restou do Parque Estadual do Morro do Diabo, evidenciando a magnitude da antiga área de grilagem e aquela ocupada atualmente pela produção canvieira (Figura 1)⁴.

Conforme analisa Carlos Feliciano (2009), “décadas foram dedicadas ao aperfeiçoamento de técnicas e estratégias de grilagem de terras” no Pontal, fazendo com que a região “se configurasse (...) em um emaranhado de títulos e escrituras sem nenhum amparo legal” (2009, p. 223). Assim, o Pontal testemunhou o crescimento das articulações políticas em torno das disputas fundiárias, tanto por parte dos movimentos sociais, quanto das forças conservadoras. No cerne destes embates por representatividade, os grileiros da região, aliados a outros latifundiários do país, criaram a União Democrática Ruralista (UDR), em 1984, como resposta às desapropriações de terras promovidas pelo Estado, para fins de reforma agrária, como lembra Fernandes (1999, p. 58).

A partir daquele momento, os conflitos fundiários no Pontal passaram a adquirir visibilidade, sobretudo devido às ações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e às mobilizações sociais pela redemocratização do país. Com a derrota do movimento das Diretas Já e a instauração do pacto conciliatório da Nova República – que reativou a confluência estrutural entre terra e capital –, o governo de José Sarney lança, em 1985, o primeiro Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com a promessa de assentar 1,4 milhão de famílias e desapropriar 43 milhões de hectares de terras griladas ou improdutivas. Porém, uma fração insignificante (1,5%) desta meta foi alcançada.



O cenário não se alteraria ao longo dos governos posteriores. Pelo contrário, a luta pela terra se acirraria. Os mandatos de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República foram marcados pela repressão policial e a criminalização dos movimentos sociais: foi durante o seu governo que eclodiram dois dos maiores conflitos no campo, o massacre de Corumbiara (RO), em agosto de 1995, e o de Eldorado dos Carajás (PA), em abril de 1996. No período de 1990 a 2000, Fernandes e Ramalho (2001, p. 241) mostraram que a territorialização das lutas na região do Pontal totalizou 336 ocupações de terras, abrangendo quase 100 mil hectares de terras griladas e envolvendo aproximadamente 18 mil famílias. Com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, em 2003, ainda que sob o novo arranjo dos acordos políticos e em terreno aparentemente propício a uma segunda versão do PNRA, o número de famílias assentadas sofreu progressiva redução ao longo dos anos⁶.

⁶ Para dados completos sobre os números da reforma agrária entre o governo Sarney e o segundo governo Dilma, consultar Oliveira (2015).

Diante deste cenário, muito do que será apresentado neste artigo carrega o peso do conflito de um passado não tão distante. Um passado que, a despeito de nossa dificuldade de interpretá-lo no seu tempo presente, já anunciava o agora. A *necropolítica* (MBEMBE, 2018) do latifúndio, impasse estrutural e irreparável de nossa história, permanece, na análise de Safatle (2019), como um dos eixos estruturadores de funcionamento econômico e político do país. E se os conflitos que marcaram a memória do Oeste Paulista foram atenuados, de alguma forma, com projetos de reforma agrária na região, a questão agrária brasileira assume hoje a sua expressão mais dramática. O que temos presenciado é a combinação de medidas de austeridade, que submetem os povos do campo, das águas e florestas à própria sorte. Para completar, testemunhamos uma persistente pandemia mundial, uma crise no sistema de saúde pública, que se alastrou por territórios isolados e pelo interior dos estados, dizimando indígenas, quilombolas e ameaçando incluir uma importante parcela de camponeses na irrefreável curva em ascensão de infectados e mortos pelo novo coronavírus.

Contexto da pesquisa, objetivos e eixos de análise

Um habitat, de maneira nenhuma pode ser resumido a um abrigo. (...) Habitat supõe outras conexões com o lugar onde você está estabelecido. (...) A sua ecologia, o seu ecossistema. (...) Porque, senão, não faz muita diferença sair debaixo de uma lona para ir debaixo de um telhado de amianto ou de concreto, porque você não escolheu o lugar onde você quer ficar, mas alguém escolheu por você. (Ailton Krenak, Brasília, maio de 2015)

⁷ Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq (nº do processo: 461728/2014-1) no âmbito do Edital Universal, com duração entre 2015 e 2018, intitulado “Produção do PNHR nos assentamentos rurais do estado de São Paulo: inserção territorial e avaliação arquitetônica, construtiva e tecnológica”. Foi coordenado pela profa. Akemi Ino e desenvolvido pelos autores deste artigo. Também contou com a colaboração da Profa. Lúcia Zanin Shimbo, do IAU/USP, e dos estudantes Caio de Souza, Elia Alagarda, Esaiy Valdenebro e Lizeth Montilla.

Desenvolvida entre janeiro de 2015 e junho de 2018, a pesquisa⁷ que deu origem a este artigo integra um conjunto de trabalhos coordenados pelo Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade (HABIS), vinculado ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, campus de São Carlos. Desde os anos 2000, o HABIS vem dedicando esforços para contribuir com análises e prestação de serviços de assessoria técnica para produção habitacional em assentamentos de reforma agrária, especificamente no estado de São Paulo. No início desse projeto de pesquisa, seu objetivo principal era analisar o processo de projeto e produção do PNHR/MCMV nos assentamentos rurais da região Oeste do estado de São Paulo. Porém, os pesquisadores acabaram ampliando o espectro de análise, assumindo a habitação como um dos elementos fundamentais e constitutivos do habitat camponês.

A compreensão do *habitat* camponês, a partir de uma noção mais abrangente, deveu-se, em grande parte, à percepção das complexidades e contradições da questão agrária em sua própria raiz. Afinal, constatamos que a *questão agrária* consistia não somente em um fenômeno contextual em escala regional, ou mesmo conjuntural, alheio às dinâmicas do campesinato; mais do que isto: tratava-se de um impasse estrutural, indissociado do problema habitacional nas áreas rurais. Por ser um assunto atípico no conjunto das pesquisas da Arquitetura e do Urbanismo e, particularmente, nas análises sobre a produção da habitação social no Brasil, foi necessário estabelecermos um diálogo com teóricos de outras áreas do conhecimento, na tentativa de compreendermos como as relações de propriedade se manifestam como conflitos imanentes à produção da habitação e do habitat camponês. Forjada no movimento histórico do próprio capital, a questão agrária brasileira, bem como sua (violenta) expressão no Oeste Paulista, nos mostrou que as disputas fundiárias, além de ocorrerem sob múltiplas formas, também se configuram como um conflito permanente nesses assentamentos. Conflito esse que é ativado tanto pelo Estado, quanto por setores capitalistas presentes na vida cotidiana dos assentados.

Dessa forma, perguntávamos até que ponto uma análise restrita aos arranjos institucionais e operacionais do PNHR/MCMV nos assentamentos rurais do Oeste Paulista seria suficiente para desvelar o que de fato estaria em jogo, no que diz respeito às contradições atuais da reforma agrária e aos processos de reprodução social dos camponeses, refletidos nos processos de produção da habitação e do habitat. Parecia-nos que, afinal, na base de todos aqueles problemas concretos que emanavam dos canteiros de obra que estudávamos, o programa habitacional em questão era apenas o reflexo de um imbricamento histórico mais profundo e estrutural entre *terra, trabalho e capital*.

Com isso, os objetivos da nossa pesquisa de campo, que antes estavam restritos ao PNHR/MCMV, também adotaram uma perspectiva ampliada da questão da habitação nos assentamentos rurais, orientados pela concepção de habitat camponês. A partir de três estratégias principais (idas a campo, entrevistas e pesquisas documentais⁸), foram incorporados aos objetivos específicos da pesquisa: (1) os processos de luta pela terra; (2) os efeitos da fragmentação das políticas e dos programas sociais destinados aos assentados; (3) as condições de inserção dos camponeses aos núcleos urbanos e seu acesso aos serviços e equipamentos públicos; (4) as contradições presentes na estrutura gerencial e produtiva do PNHR e seus efeitos nas etapas de projeto e obra e; (5) a combinação de relações capitalistas e não capitalistas de produção, promovida pelo Estado (capitalista), seja na produção da agricultura camponesa, seja na produção habitacional.

Essa reformulação nos levou à adoção de quatro eixos de análise centrais. No primeiro deles, baseado no histórico da *questão agrária no Oeste Paulista*, procuramos compreender os processos que originaram os três assentamentos rurais analisados, levando em conta as etapas de espacialização (as ocupações de terra) e territorialização (o processo de conquista e ressignificação do território), juntamente com os efeitos da expansão do setor sucroenergético na região.

Apesar de os municípios do Oeste Paulista abrigarem projetos de assentamentos de reforma agrária em seus perímetros administrativos, esta não era uma garantia de que os assentados teriam acesso a *infraestruturas, serviços e equipamentos*

⁸ Para a coleta e organização de dados, mobilizamos alguns instrumentos usados nas pesquisas de campo das ciências sociais aplicadas, como: roteiros específicos para as entrevistas junto aos assentados, servidores públicos, representantes empresariais, movimentos e sindicatos e equipe técnica e social; registros fotográficos e cadernos de campo; mapas dos assentamentos e plantas arquitetônicas de cada contrato do PNHR; além de consultas e leituras a uma extensa base de documentos obtidos junto ao INCRA, ao ITESP, às empresas responsáveis pelo gerenciamento das obras e às instituições do governo federal – por meio do sistema online de acesso à informação.

públicos – tema do segundo eixo de análise. As disputas históricas pelo território capitalista na região colocaram limites evidentes não apenas para a reforma agrária, como também para o planejamento territorial. Justamente porque, como veremos, os programas de acesso à terra e de oferta de créditos para a produção não iriam interromper os conflitos fundiários vivenciados pelos assentados e, tampouco, garantir seu acesso ao habitat.

Se é verdade que os assentados da reforma agrária, enquanto camponeses, acabam submetidos a formas de expropriação mais exacerbadas do que sob outras formas contemporâneas de exploração do trabalho, a pesquisa viria demonstrar que ambas as relações se apresentam de forma combinada: seja no processo de conquista da terra, seja no processo construtivo das unidades habitacionais e, inclusive, no processo de *produção da agricultura camponesa* – tema do terceiro eixo de análise. Por meio do diagnóstico de diferentes contextos produtivos, procuramos entender a cadeia de produção da agricultura camponesa, abrangendo as etapas de pré-produção, produção e comercialização, tanto na escala dos lotes, quanto no âmbito de duas associações de produtores, incluídas em nossas análises.

Os entraves para a cidadania camponesa podem ser compreendidos como uma expressão política da luta de classes, da qual emergem contradições ainda mais profundas quando analisada a partir dos *programas, projetos e da produção habitacional* – aspectos referentes ao quarto e último eixo de análise. Considerando o fato de que o arranjo orçamentário e operacional do PNHR parecia corroborar a desvalorização do projeto e da produção da habitação, buscamos também, na análise dos contratos, identificar e compreender os processos de submissão dos assentados a uma condição de trabalhadores superexplorados nos canteiros de obras.

A questão agrária no Oeste Paulista – os três assentamentos analisados

⁹ A localização desse assentamento, assim como dos outros dois estudados nesta pesquisa, está indicada na Figura 2.

O assentamento Florestan Fernandes⁹ está situado no município de Mirandópolis, e os primeiros procedimentos legais para sua regularização, no âmbito da reforma agrária, datam de 2001, quando a antiga Fazenda Retiro, com cerca de 2.900 hectares, foi classificada como latifúndio improdutivo. O período entre a ocupação da terra, em 2001, e a emissão da posse provisória, em 2011, foi marcado por constantes tentativas de reintegração de posse pelos antigos proprietários. O projeto do assentamento, de 2013, previa a instalação de 210 famílias. Em 2014, dois contratos foram assinados no âmbito do PNHR, cujos objetos eram a construção de 144 casas.

Já o início da disputa fundiária que deu origem ao assentamento Dona Carmem, localizado na divisa entre os municípios de Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio, ocorreu em 2004. A ocupação foi organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e envolveu cerca de 90 famílias. A antiga Fazenda São Sebastião, com 1.245 hectares, foi desapropriada em 2007. O projeto de assentamento ocorreu em duas etapas: a primeira, em 2009, contemplando 140 famílias; e a segunda, em 2012, contemplando 44 famílias. No total, o parcelamento previu a divisão da antiga fazenda em 184 lotes. Neste caso, os dois contratos do PNHR abrangeram 37 unidades habitacionais.

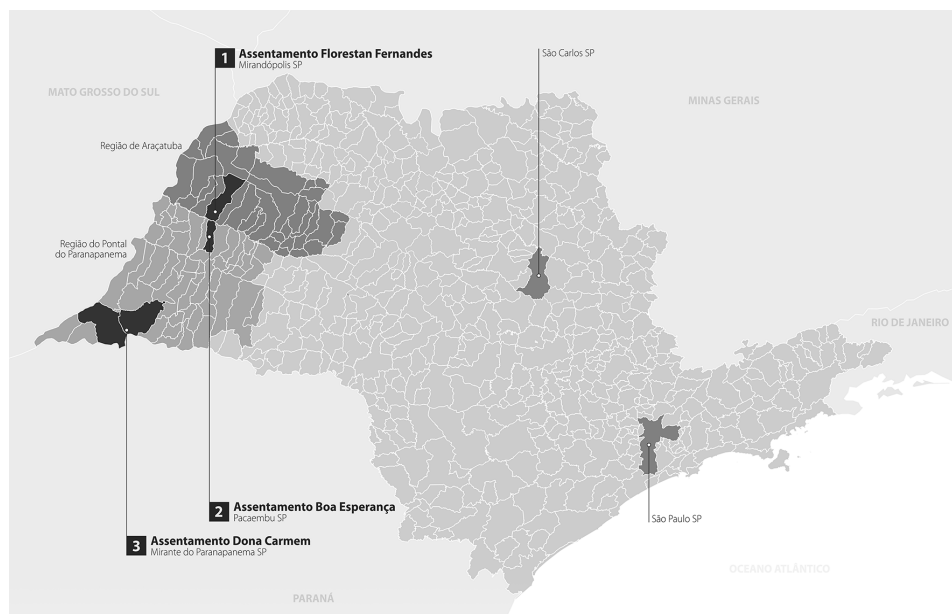


Figura 2: Localização dos assentamentos analisados em relação à sede da pesquisa (São Carlos) e à capital do estado de SP. Fonte: Elaboração dos autores, 2019.

Por fim, também foi objeto da pesquisa o assentamento Boa Esperança, que se localiza no município de Pacaembu. Esse assentamento se diferencia dos demais por não se tratar de um projeto de reforma agrária *stricto sensu*. Neste caso, a aquisição da terra ocorreu por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O assentamento foi criado em 2007 e possui apenas 224 hectares (o menor dentre os três), e está dividido em 40 lotes. Em 2014, 26 famílias firmaram contrato com a Caixa e assim acessaram o PNHR.

Como relacionar o processo histórico que originou os assentamentos analisados e o processo de territorialização do setor sucroenergético na região? Afinal, a hegemonia do “mar de cana” na paisagem do Oeste Paulista impunha-se de forma indiscutível. Foi esta a pergunta que guiou o desenvolvimento do primeiro eixo, o qual trouxe definitivamente a questão agrária para o interior da pesquisa.

Com o objetivo de compreender as disputas territoriais engendradas pela evidente presença do grande capital, a equipe inicialmente identificou a localização das usinas sucroenergéticas, além de mobilizar os dados relativos ao crescimento das áreas destinadas à plantação de cana de açúcar no período entre 2003 e 2013 na região. No Pontal do Paranapanema, a superfície destinada ao cultivo de cana em 2003 era de em torno de 71.000 hectares e, em 2013, essa área havia praticamente quintuplicado. Quanto ao número de usinas, passou de uma a seis, no mesmo período.

Neste contexto de territorialização do setor sucroenergético, comparamos a superfície total destinada à cultura da cana e aquelas destinadas à reforma agrária. Este trabalho, que incluiu a elaboração de mapas nas escalas regional e municipal, nos permitiu verificar:

- a. a flagrante diferença entre as superfícies totais destinadas aos projetos de reforma agrária e aquelas destinadas à produção canavieira;
- b. a superposição de áreas cultivadas de cana em lotes de assentamentos da reforma agrária, o que indica possíveis arrendamentos, promovidos por usinas vizinhas, de terras reformadas;
- c. uma redução significativa na criação de novos assentamentos na região frente a um acelerado aumento das áreas incorporadas à produção de cana de açúcar e;
- d. por fim, uma constatação óbvia mas nem sempre evidenciada: o Estado privilegia o setor econômico representado pelo agronegócio em detrimento de uma efetiva política nacional de reforma agrária.

No caso dos três assentamentos analisados, pudemos ver claramente que os camponeses assentados e os agentes da produção sucroenergética protagonizam o conflito territorial. A proximidade entre a monocultura de cana de açúcar e a produção da agricultura camponesa implica em graves interações – sempre prejudiciais para os mais fracos – a começar, por exemplo, pela prática de pulverização aérea de agrotóxicos e adubos químicos, uma técnica de imunização agrícola cujos resíduos podem ser encontrados num raio de até 30 quilômetros. Como consequência dessa prática, temos uma violência crônica e silenciosa à saúde dos camponeses; e, também, uma barreira à produção camponesa naquela região, seja pela redução de sua qualidade e quantidade, seja pela dificuldade imposta à produção de alimentos orgânicos.

A proximidade dos lotes das famílias camponesas às plantações de cana exerce também outras formas de pressão. Até pouco tempo atrás era comum o emprego do fogo antes da colheita da cana, o qual muitas vezes se alastrava aos lotes dos assentados, colocando em risco suas produções, sua saúde e o conjunto de edificações presentes no assentamento. Esta prática foi oficialmente proibida no estado de São Paulo a partir de 2016, mas há evidências de que segue, ainda assim, sendo realizada.

A inserção territorial cidadã dos “sem-cidade”

Seria pertinente pensarmos numa “cidade da reforma agrária”? Como desenvolver uma reflexão que parte justamente da não-cidade para vislumbrar uma possível “cidadania” camponesa? Questões como estas, formuladas por Lopes (2002) – tendo como contexto a proposta de criação da “primeira cidade da reforma agrária do Brasil”, dentro do assentamento Ireno Alves dos Santos, no Paraná¹⁰ –, não somente seguem atuais, como também estimularam o desenvolvimento desta pesquisa. E, sobretudo, contribuíram para o delineamento deste segundo eixo, cujo tema central foi a inserção territorial dos camponeses que habitam os três assentamentos.

A concepção daquela possível “cidade da reforma agrária”, segundo Lopes (2002), não tinha como evitar o questionamento e até mesmo a resignificação dos conceitos de cidade, urbanidade e cidadania. Afinal, esta outra “cidade” deveria surgir de seu próprio *dorso* – a “não-cidade” –, numa postura que precisaria ousar ir ainda além da dura disputa pelo território. A não-cidade, portanto, surgiria como uma expressão política que não se opunha necessariamente ao urbano, mas à racionalidade *perpetrada pelo urbano* - isto é, a concepção neoliberal e hegemônica que tem estruturado os processos de urbanização das cidades brasileiras.

¹⁰Em 1996, o MST promoveu a ocupação de um grande latifúndio na região de Cantuquiriguaçu, no Centro-Oeste paranaense, a Fazenda Giacometti-Marodin (hoje Araupel). Conquistados em torno de 17mil hectares naquele momento - dos mais de 90mil reunidos pela fazenda - a ideia do MST era construir uma “cidade da reforma agrária” sobre as ruínas de uma antiga vila barrageira, construída e mantida às margens do rio Iguazu, entre o final de 1970 e primeira metade dos 1980, para abrigar os trabalhadores empregados na construção da barragem de Salto Santiago. Por ali passaram mais de 13mil pessoas, ao longo da curta existência da vila, equipada com escolas, mercados, rodoviária, cinema, clubes etc. Toda aquela instalação foi desmobilizada da noite para o dia, a população foi dispersada e restou, tomada pelo mato, toda a infraestrutura ali implantada. Para assessorar a construção da “cidade da reforma agrária”, o MST contou com a assessoria da USINA - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado, que é uma ONG paulistana que trabalha no acompanhamento e desenvolvimento de projetos e obras junto a movimentos sociais organizados, da qual dois dos autores são associados, tendo sido um deles o responsável pela coordenação desse trabalho de assessoria. Uma descrição detalhada da experiência pode ser encontrada em Lopes, 2002.

Com base nesta perspectiva, um dos objetivos da pesquisa foi delinear um panorama que aferisse a viabilidade dos assentamentos estudados frente a existência e o acesso (ou não) aos meios de vida mínimos para a reprodução social dos camponeses. Procuramos, assim, abordar as condições de inserção territorial desde a perspectiva da efetivação do direito à cidadania na área rural – o que chamamos de *inserção cidadã*. Para a elaboração deste diagnóstico, foram determinadas três relações centrais que buscavam verificar a viabilidade destes habitats rurais: a *reprodução social*, a *produção camponesa* e a *vida coletiva*.

A classificação dos meios de vida nessas três relações foi feita com o intuito de experimentar, como recurso metodológico, estratégias de mapeamento e diagnóstico, a partir de algumas ferramentas do planejamento espacial e territorial. Procuramos demonstrar que a *urbanização do território* não precisa ser o único caminho para a garantia da cidadania aos habitantes da não-cidade.

No que se refere à reprodução social, verificamos as condições materiais e necessárias à vida doméstica dos camponeses. Neste contexto, o diagnóstico contemplou: a disponibilidade de água potável, energia (elétrica ou renováveis), saneamento básico e coleta de lixo; as condições de moradia, habitabilidade e salubridade; o direito à soberania alimentar e o acesso a eletrodomésticos usados na conservação de alimentos; o acesso às áreas comerciais; a oferta de equipamentos e serviços de saúde, bem como de atenção e cuidado às famílias (sobretudo às crianças, mulheres, aos idosos e portadores de necessidades especiais e doenças crônicas¹¹); a disponibilidade de serviços de emergência; e o distanciamento de áreas poluídas ou perigosas.

Com relação à *produção camponesa*, identificamos a disponibilidade dos meios materiais e sociais para o trabalho camponês. Dessa forma, avaliamos a segurança da posse da terra e seu pleno direito de usufruto. Alguns aspectos específicos deste levantamento incluem: os processos de desapropriação ou aquisição das antigas fazendas, com destaque para o risco de perda do lote em caso de inadimplência dos beneficiários; a qualidade do solo (considerando os procedimentos de correção da fertilidade); o fornecimento de água para irrigação e energia para o uso de maquinários, considerando também os recursos (públicos ou das próprias famílias) para a instalação destas infraestruturas básicas; a existência de equipamentos específicos para o armazenamento individual e/ou associado da produção; o acesso aos programas sociais destinados à aquisição de mudas, sementes e de alimentos para sua comercialização e distribuição; as condições de escoamento da produção (tendo em vista a qualidade das estradas e suas conexões com as malhas viárias); a existência de áreas comerciais específicas à produção camponesa e à construção civil, bem como sua proximidade com os assentamentos; a distância entre os assentamentos e as áreas destinadas à produção canavieira; a oferta e eficiência dos serviços de emergência (como corpo de bombeiros e resgate) e; por fim, a disponibilidade de unidades de formação profissional na região, assim como o acesso a serviços de assessoria técnica.

Finalmente, com relação à *vida coletiva* – ou seja, para além do atendimento às condições mínimas de vida doméstica e de trabalho – procuramos compreender a efetividade do acesso aos meios que configuram a vida cotidiana e compartilhada nos assentamentos. Dessa forma, analisamos: a mobilidade rural-urbana dos assentados e sua relação com a oferta de transporte público que, por sua vez, está atrelada à qualidade das estradas internas aos assentamentos; a existência de serviços de assistência social, unidades

¹¹Nossa pesquisa não incluiu a disponibilidade de serviços públicos para o tratamento de usuários e/ou dependentes de álcool e outras drogas, bem como de atenção aos casos de violência doméstica e contra a mulher.



Figura 3: Mapeamento das infraestruturas no assentamento Dona Carmem (Mirante do Paranapanema/Teodoro Sampaio). Fonte: Elaboração dos autores, 2018.

de formação técnica e/ou superior, creches e escolas de ensino fundamental, médio e de jovens e adultos; a criação de áreas de convívio social, incluindo as sedes dos assentamentos, os equipamentos de lazer, formação política e esportes, os eventos e as atividades culturais, os templos religiosos e os pontos comerciais.

Na escala local (Figura 3), o objetivo do mapeamento foi demonstrar a existência, a localização e o funcionamento (ou não) dos poços e reservatórios de água para o uso doméstico ou para a produção, as condições das estradas dos assentamentos e a oferta de transporte público – tanto de ônibus escolares, quanto de linhas de ônibus para o conjunto dos assentados.

Na escala municipal, mapeamos o acesso dos assentados aos serviços e equipamentos públicos mais distantes, como escolas de ensino infantil, fundamental ou médio, hospitais e os equipamentos de cultura ou lazer, justamente por estarem localizados em outros assentamentos ou nos núcleos urbanos dos municípios. A síntese deste mapeamento deu origem a uma tabela (Figura 4), que relaciona cada item à frequência de uso e aos diferentes graus de acessibilidade (boa, aceitável ou insuficiente). Para tanto, consideramos: o tipo de locomoção (a pé, de bicicleta, por veículos particulares ou por transporte público), sua disponibilidade ou não, e seu respectivo tempo de



Figura 4: Inserção territorial do assentamento Florestan Fernandes (Mirandópolis). Fonte: Elaboração dos autores, 2018.

¹²A análise, que partiu dos dados obtidos em campo, teve como referência os seguintes documentos: Relatório Brasileiro para a Habitat III, da Organização das Nações Unidas (2016); Ferramenta de Avaliação de Inserção Urbana, elaborada pelo Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade), da FAU/USP; e em algumas orientações disponibilizadas pelo Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP Brasil). Há que se destacar que, apesar desses documentos conterem propostas progressistas, entendemos que não consideram a complexidade dos conflitos fundiários e das dinâmicas de apropriação territorial, que seriam indispensáveis para recolocar a questão agrária enquanto uma das peças indissociáveis da questão urbana - e, acima de tudo, enquanto tema indispensável para o planejamento territorial do habitat nas áreas rurais.

deslocamento, levando-se em conta a distância entre cada um dos assentamentos e a localização de cada serviço e/ou equipamento¹².

É quase previsível que a característica que atravessou toda esta análise foi a *carência*. As condições mínimas para manutenção da vida doméstica, do trabalho camponês e da vida coletiva nos três assentamentos são precariamente satisfeitas e, na maior parte das vezes, contam com soluções individuais promovidas pelos assentados, inclusive com recursos próprios.

Um aspecto importante, evidenciado pelo diagnóstico da inserção territorial, diz respeito às dificuldades impostas ao que chamamos de *inserção cidadã* das famílias assentadas. Estes entraves decorrem da ausência de um planejamento territorial que integrasse as áreas urbanas e rurais, seja pela oferta descentralizada de serviços públicos, seja pela garantia do pleno acesso aos serviços e equipamentos localizados nos núcleos urbanos. Durante o período da pesquisa, dos quatro municípios analisados, apenas Mirandópolis dispunha de um Plano Diretor – o qual, contudo, não exercia quaisquer efeitos significativos para os habitantes das áreas rurais. A maior parte dos equipamentos e serviços, que dizem respeito à dimensão da vida coletiva dos assentados, está presente apenas nas sedes dos municípios mais próximos. A ausência de creches nos assentamentos submete as mulheres assentadas a uma condição de superexploração análoga à das trabalhadoras urbanas mais pobres. Essas mulheres têm que se desdobrar entre o trabalho doméstico, o cuidado dos filhos e o cultivo da terra, enquanto seus maridos ou companheiros passam a semana fora do assentamento, trabalhando como pedreiros. Tampouco verificamos a presença de escolas, postos de saúde, farmácias populares ou áreas comerciais nos três assentamentos.

O núcleo urbano de Mirandópolis, que concentra os equipamentos e serviços do município, está a 29 quilômetros de distância do assentamento Florestan Fernandes. A prefeitura não disponibiliza linhas de transporte público para seus habitantes (sejam eles moradores das áreas urbanas ou rurais). Além disso, a longa distância que separa o assentamento da área urbana tornava inviável o uso de bicicletas, sobretudo para os idosos. Assim, as caronas entre os assentados acabavam sendo o meio de transporte mais recorrente, atendendo àqueles que não possuíam automóveis. No caso de incêndios, como já ocorreu no assentamento, quando a usina Raízen praticava a queima da cana, os bombeiros são acionados em Andradina (município localizado a 80 quilômetros de Mirandópolis), cujo trajeto até o assentamento demora mais de uma hora. Do mesmo modo, outras emergências, como as que demandam ambulâncias, precisam ser socorridas com o auxílio dos serviços prestados por outros municípios vizinhos¹³.

¹³Ver: Ino et al., 2011.

A inserção territorial do assentamento Boa Esperança possui uma configuração similar, com a diferença de que o núcleo urbano de Pacaembu está a 11 quilômetros de distância do assentamento. Mesmo assim, a mobilidade rural-urbana é um entrave à inserção cidadã dos assentados, já que o município não dispõe de linhas de ônibus, sujeitando os moradores ao uso de bicicletas ou à dependência de caronas. Se a distância entre os assentamentos e os centros urbanos se configura como um dos principais critérios de avaliação de sua inserção territorial, os dois casos mencionados podem ser considerados como modelos de cidade baseados nos binômios “centro e periferia” e “urbano e rural”, relegando os trabalhadores mais pobres e os assentados a uma condição de vulnerabilidade e subcidadania, como já apontado pelo arquiteto Pedro Arantes em 2011.

¹⁴Até dezembro de 2017, o município de Teodoro Sampaio possuía 21 assentamentos de reforma agrária homologados pelo INCRA, abrigando 880 famílias.

O assentamento Dona Carmen difere dos anteriores quanto à sua inserção territorial. Apesar de estar localizado a 44 quilômetros do núcleo urbano de Mirante do Paranapanema, município ao qual oficialmente pertence (e onde estão o hospital municipal, a maternidade e as escolas), o assentamento dista 1,5 quilômetros da sede municipal de Teodoro Sampaio¹⁴, facilitando o acesso dos assentados a um conjunto maior de serviços e equipamentos neste município vizinho. Além disso, o assentamento integra uma rede de outros assentamentos próximos, localizados a pouco mais de 15 quilômetros de distância, como: Novo Paraíso (17 km); Antônio Conselheiro (16 km), onde há um posto de saúde do Programa “Estratégia Saúde da Família”, incluindo atendimentos domiciliares e; Che Guevara (16 km), onde há uma escola de ensino fundamental, médio e supletivo, frequentada por crianças e jovens dos assentamentos da região, inclusive do Dona Carmem e, também, uma unidade de saúde do Programa “Estratégia Saúde da Família”, incluindo atendimentos domiciliares.

O número expressivo de assentamentos rurais em Mirante do Paranapanema é consequência da luta organizada de camponeses sem-terra, que conseguiram redirecionar as terras griladas da região para projetos de reforma agrária. Este processo de territorialização da reforma agrária, que ainda hoje segue ameaçado pela territorialização do setor sucroenergético, nos permite duas observações: i) a garantia da inserção territorial cidadã dos assentamentos rurais e de seus camponeses, imbricada nos contextos e efeitos regionais da questão agrária brasileira, também irá depender da força e organização política dos movimentos sociais de luta pela terra; ii) se é no processo de espacialização da reforma agrária, ou seja, durante as ocupações e os acampamentos, que também são concebidos os projetos de assentamentos rurais, a descentralização das infraestruturas, dos equipamentos e serviços, sobretudo nos municípios que possuem um grande número de assentamentos e camponeses, pode ser uma importante indicador para o planejamento territorial integrado.

Se as diretrizes e ferramentas do planejamento territorial integrado não ignorarem as diferentes morfologias e dinâmicas regionais, municipais e locais, o traçado das conexões entre assentamentos, ou entre os assentamentos e os núcleos urbanos, poderá favorecer uma inserção territorial cidadã dos camponeses, rompendo com seu isolamento territorial, inclusive no interior dos próprios assentamentos. Ao colocarmos em debate as perspectivas de subversão da lógica “centro e periferia”, as infraestruturas, vegetações, os corpos hídricos, as estradas e características topográficas pré-existentes nas antigas fazendas desapropriadas poderão orientar as etapas de projeto dos assentamentos, tendo em vista:

- a. um desenho mais heterogêneo dos lotes, e não necessariamente perpendicular às vias internas das glebas;
- b. as possibilidades de compartilhar as sedes das fazendas reformadas, sem ignorar sua importância e o aproveitamento das infraestruturas que lá possam existir, propondo uma distribuição equilibrada dos equipamentos de uso compartilhado;
- c. um arranjo articulado e integrado entre as áreas produtivas, os diversos serviços necessários para a reprodução social dos camponeses (como equipamentos para conservar e armazenar alimentos e insumos) e as unidades habitacionais, proporcionando maior qualidade de vida, preservando-se as áreas de proteção e dinamizando os diferentes ciclos produtivos;

- d. o planejamento do traçado das estradas internas, de modo a favorecer uma diversidade de fluxos e mobilidades no interior dos assentamentos, priorizando e preservando, por exemplo, sinalizações onde necessárias; abrigos nos pontos de ônibus, qualidade no trajeto dos ônibus escolares, escoamento da produção dos camponeses, redução de impactos sonoros e a privacidade das áreas habitacionais, entre outros;
- e. o projeto e a instalação de sistemas não convencionais de geração de energia, captação de águas pluviais e saneamento. Para as famílias que acessaram o PNHR, estava previsto o sistema fossa-sumidouro, cujo funcionamento só aconteceria após a finalização do contrato habitacional.

Retratos da agricultura camponesa

Assim como nas áreas urbanas, onde as dinâmicas relacionadas ao mundo do trabalho são centrais nos estudos críticos a respeito da produção do território, da mesma forma, para nossa pesquisa, o trabalho camponês adquiriu importante protagonismo. Afinal, como veremos, suas particularidades frente às formas urbanas de trabalho aportam contribuições centrais para a compreensão das dinâmicas que constituem o habitat camponês.

São diversas as produções acadêmicas e literárias que nos ajudam a delinear e ilustrar este universo que, para muitos de nós – estudiosos das cidades –, acaba sendo em grande parte inexistente ou desconhecido. Dentre as principais referências que dão suporte a essas interpretações sobre o trabalho camponês, podemos citar, de um lado, os autores clássicos que aprofundaram o olhar para as práticas camponesas no século XX ao redor do mundo, como Alexander Chayanov, Eric Wolf e Teodor Shanin, e de outro, aqueles que focaram no estudo da questão agrária e do campesinato no Brasil – cujas especificidades enriquecem e matizam a teoria agrária mundial –, como José de Souza Martins, Margarida Maria Moura e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, entre tantos outros.

O que os autores possuem em comum, e que nos interessa acrescentar a este debate, é a compreensão de que o campesinato se configura na nossa sociedade enquanto unidade de classe. Esta afirmação engendra uma série de desdobramentos, os quais não nos cabe desenvolver aqui de forma aprofundada. O importante a ser destacado aqui é a relevância desse posicionamento teórico, que é também prático e político, e que teve rebatimento direto sobre a estrutura metodológica da própria pesquisa. Ou seja, só teve sentido dedicar um tempo significativo do trabalho de campo e dos estudos teóricos sobre o universo do trabalho camponês – cuja síntese apresentaremos a seguir – porque compreendemos que o campesinato *não está fadado ao desaparecimento*.

Em outros termos, podemos afirmar que não seria relevante nos debruçarmos sobre as especificidades do trabalho e do habitat camponês da forma como o fizemos, se tivéssemos como pressuposto que o destino final daqueles que habitam as áreas rurais fosse a definitiva proletarização nas periferias das cidades, ou sua transformação em pequenos empresários rurais. Se a realidade é complexa e contraditória, também nos parece claro que “os processos sociais que viabilizam a existência do camponês

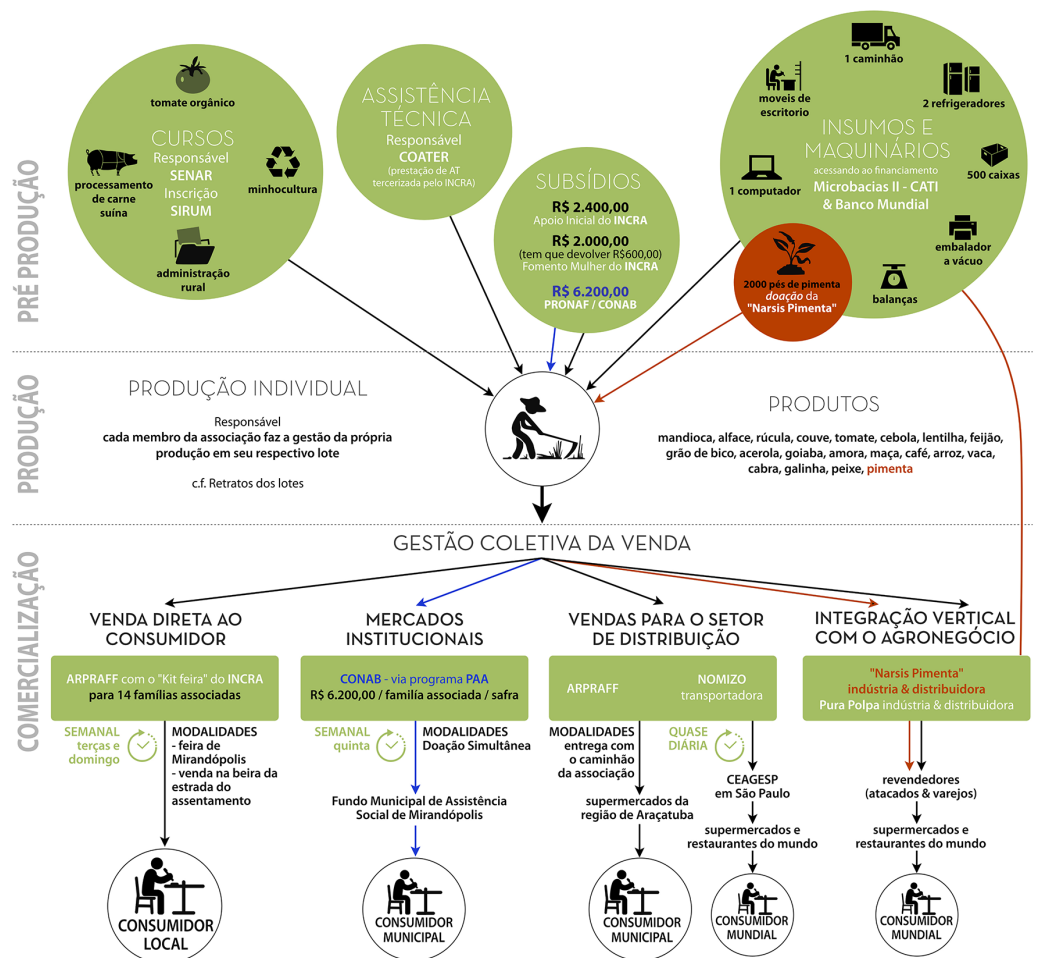
¹⁵ Para um aprofundamento neste tema, sugerimos a abordagem de Bombardi (2003), segundo a qual o fim do campesinato pode ser interpretado enquanto construção ideológica e colonialista.

têm sido mais expressivos e fortes do que aqueles que o levam à extinção” (MOURA, 1986, p. 17)¹⁵.

Assim, este terceiro eixo da pesquisa procurou compreender os nexos entre as condições geradas pelo projeto de assentamento e a consolidação do trabalho e da agricultura camponesa nas realidades estudadas. Em diálogo direto com os autores mencionados, uma das categorias centrais para esta reflexão foi a *submissão do campesinato ao capital* em seus diversos níveis e formas – seja de seu trabalho, seja de sua renda. De que maneiras o campesinato se vincula aos processos hegemônicos de produção de valor, e como isso se desdobra nos projetos de assentamento, destacando os entraves de um ponto de vista espacial, organizacional e ambiental: eis o cerne do que buscávamos neste eixo.

Para isso, organizamos a coleta de dados em dois grandes grupos: de um lado, as iniciativas de produção associada e cooperativada, na escala do assentamento (Figura 5), e de outro as condições de produção camponesa na unidade familiar, na escala do lote. Nestes dois grupos, procuramos avaliar os circuitos de comercialização da produção, assim como os contextos materiais e imateriais de produção, buscando aferir o grau de vinculação daqueles camponeses aos processos hegemônicos de produção de valor.

Figura 5: Esquema das iniciativas de produção coletiva nos casos estudados. Fonte: Elaboração dos autores, 2018.



Quanto aos diferentes canais de comercialização da produção, buscamos mapeá-los dentro de quatro categorias, que apresentamos a partir da ordem crescente de submissão do campesinato aos processos hegemônicos: (a) venda direta ao consumidor; (b) participação nos mercados institucionais; (c) venda para o setor de distribuição; e (d) integração vertical junto às empresas agropecuárias.

A venda direta ao consumidor – ou em circuito curto –, que é o canal de venda que atribui à família camponesa o maior controle da comercialização da sua produção (venda nos mercados e feiras locais, por exemplo), foi a menos relatada pelas associações entrevistadas. Ainda assim, podemos destacar o projeto “Kit Feira”, mobilizado pelo INCRA junto a uma das associações entrevistadas. Os demais canais de comercialização foram citados com maior frequência. A venda aos mercados institucionais, como escolas, hospitais e creches, estabelecida por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), se por um lado proporciona uma renda fixa para o grupo de agricultores, por outro lado também os insere num esquema de dependência e vulnerabilidade. A venda aos distribuidores também foi citada reiteradamente: segundo casos relatados, é realizada por intermédio de uma transportadora estadual, que adquire parte da produção dos associados, redistribuindo-a para a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP). Por fim, verificamos também alguns casos de integração vertical com grandes empresas, como uma produção e distribuição de polpas de frutas, e uma revendedora de pimentas. Esses casos exemplificam um nível muito alto de vinculação do campesinato com as dinâmicas exigidas pelas empresas, inclusive na fase de pré-produção. No caso da produção de pimentas, o controle do processo começou nas mudas, que foram entregues às famílias no início da vigência do contrato. Ou seja, uma vez estabelecida a relação, o camponês se encontra refém de um círculo vicioso de difícil saída. A consequência para os agricultores é, portanto, a dependência do mercado mundial e para os consumidores a perda de qualidade e rastreabilidade dos produtos.

Quanto à análise sobre os contextos materiais e imateriais de produção, avaliamos as condições de produção da unidade familiar na escala do lote, em cinco contextos. No primeiro deles, o *contexto natural*, avaliamos se o lote corresponde às necessidades dos assentados e se a produção é diversificada. Os aspectos avaliados foram: a presença de corpos hídricos no lote, a fertilidade do solo, a diversidade de mercadorias produzidas pela família e a incidência de contaminação da produção provocada, em grande medida, pela pulverização dos agrotóxicos, aplicados nas plantações de cana que circundam os assentamentos.

No segundo contexto, que chamamos de *contexto humano*, procuramos verificar se os assentados têm as condições físicas necessárias para conduzir as tarefas que aquela produção exige, assim como se dispõem dos conhecimentos (populares ou especializados) sobre a produção agrícola. Para isso, buscamos identificar: se mais de cinquenta por cento dos membros do grupo familiar tem capacidade ou condições para trabalhar na terra; se os assentados tiveram acesso a cursos de formação técnica e/ou se já possuíam experiência com a produção agrícola; se contavam com a disponibilidade de assistência técnica periódica e; se havia a participação de trabalhadores externos ao grupo familiar.

Quanto ao *contexto social*, verificamos se havia organizações coletivas ou autônomas para a produção dentro do assentamento. Dessa forma, analisamos se os assentados integram uma associação ou cooperativa de produtores; se a associação ou cooperativa estava localizada no próprio assentamento e; se havia trocas de trabalho ou serviços entre os assentados, como a ajuda mútua ou a parceria. Neste caso, também nos interessou verificar se os assentados rendeiros pagavam a renda da terra em trabalho, dinheiro ou produto.

Com o contexto físico, o quarto analisado, verificamos se as condições da habitação e dos maquinários de produção atendiam às necessidades cotidianas das famílias. Portanto, procuramos compreender se os assentados contavam com a disponibilidade de infraestruturas e maquinários específicos para a produção e se a unidade produtiva era servida por sistemas de abastecimento de água e fornecimento de energia.

Por fim, no último contexto analisado, o *financeiro*, analisamos se as famílias apresentavam alguma autonomia econômica que lhes garantia o direito à reprodução social. Ou seja: se a família possuía reservas financeiras; se contavam com apoios financeiros provenientes de políticas ou programas sociais; se haviam contraído dívidas junto às agências financeiras; se os ganhos obtidos com a comercialização de suas mercadorias eram suficientes para garantir sua reprodução social e; se a comercialização da produção ocorria por meio de canais diretos – ou seja, se os próprios assentados tinham o poder de decidir com quem e de que forma iriam comercializar suas mercadorias.

As informações referentes a cada um desses cinco contextos foram reunidas em diagramas pentagonais (Figuras 6 e 7). Combinados entre si, esses contextos nos ajudaram a compreender de que modo as diferentes unidades produtivas analisadas se relacionavam com as infraestruturas e os equipamentos disponíveis nos assentamentos,

Figura 6: Retrato do lote, a partir dos cinco contextos. Fonte: Elaboração dos autores, 2018.

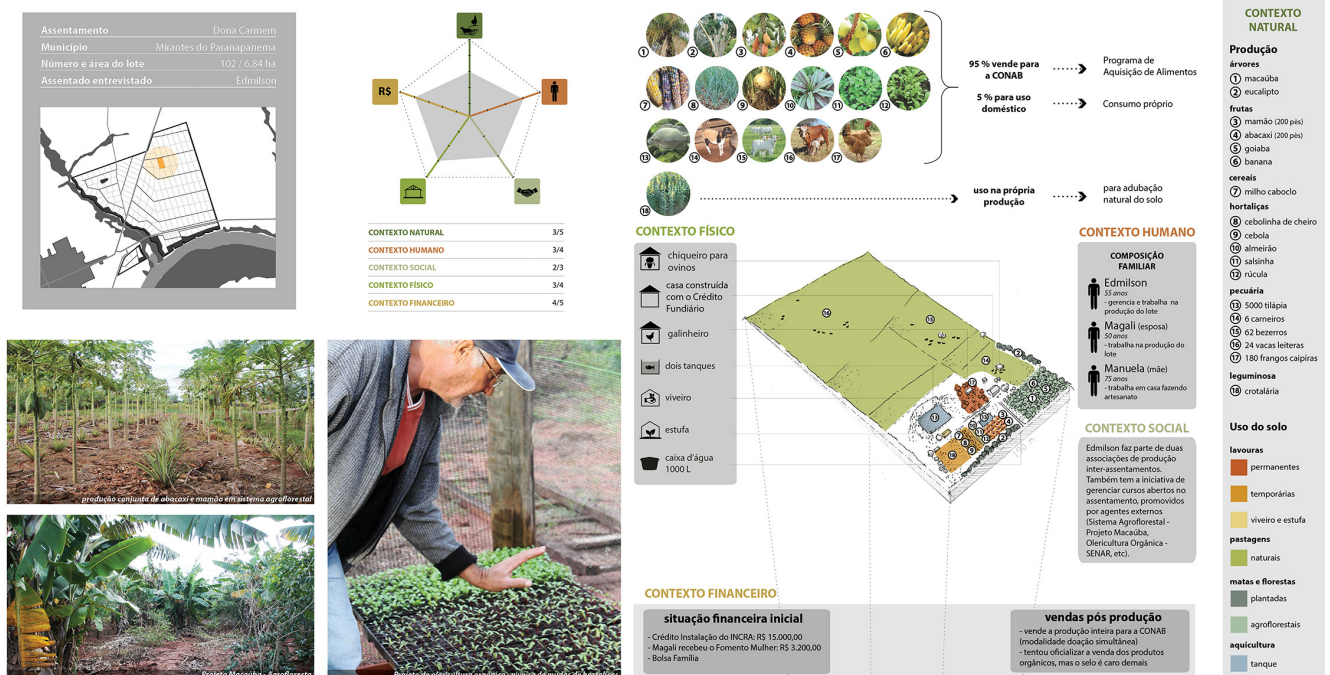




Figura 7: Retrato dos seis lotes estudados com base nos cinco contextos. Fonte: Elaboração dos autores, 2018.

com a presença do setor sucroenergético nas regiões analisadas e, também, com a unidade habitacional. Esses diagramas, resultantes dessa combinação, nos permitiu representar e entender os fatores que contribuem ou limitam a reprodução social dos camponeses do Oeste Paulista¹⁶.

¹⁶Esta metodologia partiu da abordagem sugerida por Jean-Michel Sourisau (2012), e foi adaptada para a estrutura teórico-metodológica da pesquisa.

Não seria impreciso afirmar, em poucas palavras, que um dos principais resultados demonstrados por esses diagramas esteve relacionado à precariedade de condições de produção e à prevalência de disparidades entre os lotes analisados. Dessa forma, é facilmente identificável a baixa coesão social e a persistência de dificuldades de organização em grupos produtivos, em parte induzidas pelos parcelamentos dos lotes dos assentamentos. É evidente também uma ausência expressiva de equipamentos e serviços de infraestrutura coletiva, dedicados à produção. A proximidade direta com a produção intensiva de cana de açúcar e a implantação territorial dos assentamentos em solos fracos e frágeis, também se demonstrou como agravantes à produção familiar. No que se refere à produção camponesa, a dificuldade de acesso aos diversos canais de comercialização provocou uma dependência e subordinação dos assentados e de suas organizações produtivas ao Estado ou às empresas de integração (agronegócio).

No entanto, esta seria uma abordagem fragmentada mais imediata da realidade. Para aprofundarmos a análise, nos parece pertinente considerar como estes aspectos se relacionam e se articulam entre si. No contexto da produção associada, nos perguntamos até que ponto a busca por autonomia é possível. Nos quatro canais de comercialização, como visto anteriormente, são poucos os mecanismos que contribuem para uma operação articulada, combinada entre os produtores familiares. Na escala familiar, ou seja, nos lotes, os cinco contextos que orientaram os levantamentos realizados – que resultaram nos gráficos pentagonais apresentados mais adiante, considerando os seis lotes estudados – nos deram um panorama das disparidades encontradas. O que percebemos foi uma sensível condição de 'viração' – cada família trabalha por e para si, sem quaisquer modelos, projetos ou planos comuns, que articulem as diversas estruturas produtivas familiares.

Os gráficos demonstraram realidades muito distintas entre si e perceptivelmente instáveis, ou seja, que oscilam de acordo com as diferentes conjunturas sociais e políticas. Pode-se inferir, talvez, que tal diversidade seja resultado de um protagonismo muito diversificado, em que o empreendedorismo particular de cada família acaba se estabelecendo como a única alternativa de sobrevivência da agricultura familiar. Este protagonismo dependerá, em boa medida, da disponibilidade de recursos próprios, capacidade de poupança, contatos, relações privadas etc. Mesmo quando articulada com as instâncias coletivas de organização, distribuição e comercialização da produção, prevalece a lógica fragmentada dos mecanismos de divisão do trabalho – e da produção, numa larga escala. Nessa conjuntura (e comparando com a ação dessas instâncias organizativas em outras regiões do país), tais organizações acabam contribuindo pouco para a articulação da produção familiar. Não existem diretrizes minimamente consolidadas para produzir alguma equalização e distribuição equitativa de recursos (técnicos, humanos, financeiros etc.). Na falta, quem dá a diretriz é o mercado: são os grandes conglomerados do agronegócio que acabam absorvendo o que se produz nos lotes, definindo a política de preços e, em última instância, a dinâmica da política agrária para aquela região.

A produção do PNHR nos três assentamentos estudados

A história da produção habitacional nas áreas rurais brasileiras, subsidiada com recursos públicos, está marcada pela ausência de isonomia frente aos programas de habitação social nas áreas urbanas, especialmente no que se refere ao volume de recursos aplicados. Conforme já apontado em trabalhos e debates anteriores¹⁷, esta diferença de valores é absolutamente injustificável do ponto de vista do projeto arquitetônico, das características geográficas e morfológicas dos territórios rurais, assim como do processo construtivo. A essa diferença, soma-se ainda a inadequação das estruturas orçamentárias e gerenciais de tais programas à realidade dos povos rurais, cujas diversidades culturais, sociais, econômicas e construtivas ainda são pouco conhecidas, tanto pelos agentes responsáveis por sua operacionalização, quanto por arquitetos e engenheiros que assumem os trabalhos de assessoria técnica.

Nesse sentido, parece-nos razoável afirmar que nunca, na história brasileira, os povos do campo, das águas e das florestas puderam contar com um programa habitacional que atendesse adequadamente às suas demandas por moradia. O caso específico dos assentados da reforma agrária escreve um capítulo à parte nessa história habitacional.

Antes do PNHR, o acesso à moradia pelos assentados ocorria quase que exclusivamente por meio do Crédito Instalação, do INCRA. Lançado em 1985 e gerenciado por agrônomos e técnicos agrícolas, os subsídios disponibilizados para que os assentados construíssem suas próprias moradias, a partir de 2002¹⁸, estavam divididos em duas modalidades: a) aquisição de materiais para construção e; b) aquisição de materiais para recuperação, reforma e ampliação. Até 2008, o valor concedido para cada assentado, na primeira modalidade, era de R\$ 5 mil, reajustados posteriormente para R\$ 15 mil, em 2009 e R\$ 25 mil, em 2012. Já o valor referente à segunda modalidade, no mesmo período, era de R\$ 3 mil inicialmente, passando para R\$ 5 mil, em 2009, e R\$ 8 mil, em 2012.

Em fevereiro de 2013, após o governo federal definir que a produção habitacional nos assentamentos rurais passaria a ser administrada pelo extinto Ministério das Cidades – e não mais pelo também extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – os assentados foram incluídos como possíveis beneficiários do PNHR. Desde a primeira fase do MCMV, o programa já contemplava os trabalhadores rurais, pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores, aquicultores, maricultores, piscicultores, além de quilombolas, indígenas e outras comunidades tradicionais¹⁹. Tal expediente emaranhava as famílias num intrincado cipoal burocrático, submetendo-as a sistemáticas de comprovação de renda e propriedade – típicas de trabalhadores assalariados urbanos –, comprovação de capacidade de produção, de acesso a créditos anteriores, comprovação de regularidade fiscal e comercial etc.

Durante a pesquisa, constatamos que muitos assentados não conseguiram acessar os recursos do programa por outros dois motivos específicos. O primeiro deles estava relacionado ao fato de algumas famílias já terem acessado outros programas habitacionais na área urbana dos municípios. O segundo dizia respeito às famílias que possuíam a escritura de imóveis próprios (ou casa ou lote, urbano ou rural). Importante destacar, porém, que não nos parece justificável, em nenhuma dessas situações, a exclusão dessas famílias do PNHR, pois nenhuma delas é um indicador de que sua demanda ou seu déficit habitacional estava resolvido. Além disso, o programa evidenciou que a “casa na cidade” (a despeito de possíveis precariedades relacionadas à localização,

¹⁷Citamos aqui os registros das três edições já realizadas do Colóquio Habitat e Cidadania, assim como Rodríguez (2016 e 2020), Lenzi (2017), Sertori (2019) e Lopes, Borges e Lenzi (2015).

¹⁸Ver: Silva, 2014, p. 74.

¹⁹Ver: Cartilha do PNHR, 2013, p. 01.

baixa qualidade arquitetônica e construtiva e endividamentos) não resolve a demanda habitacional no assentamento. Principalmente porque, no lote, essa demanda deflagra também a busca pelo direito à terra e à habitação por outros membros do grupo familiar – como os filhos dos assentados que, contrariando o destino de tentarem a vida na cidade, preferiam viver no campo.

Nessa etapa da pesquisa, o trabalho de campo fez saltar aos olhos diversos elementos de uma incompatibilidade entre os requisitos do programa habitacional e o modo de vida das famílias contempladas, sob diversos aspectos. Assim, para aprofundarmos nossa compreensão acerca desta percepção, a estrutura metodológica confrontou duas etapas: o de *projeto concebido* e o de *projeto executado*. Esta organização auxiliou tanto na condução do trabalho de campo quanto do processo de análise, justamente por diferenciar os momentos de cada contrato – como um *antes, durante* e *depois* –, os processos construtivos e, principalmente, os agentes que participaram do seu gerenciamento.

Os aspectos relacionados ao *projeto concebido* estiveram referidos às etapas iniciais de concepção e desenho das unidades habitacionais, considerando as normativas do programa e a participação das famílias, das Entidades Organizadoras e das empresas (no caso, escritórios de arquitetura e engenharia). Na prática, esta etapa consistiu basicamente em contemplar o quadro de especificações mínimas estabelecidas pela Caixa na elaboração das peças técnicas a serem aprovadas em cada contrato – o que acabou por legitimar o padrão urbano do programa MCMV nos assentamentos. Por outro lado, os aspectos relacionados ao *projeto executado* incluíram os arranjos estabelecidos para o processo construtivo das unidades habitacionais, evidenciando uma série de articulações e conflitos entre as empresas, as Entidades e as famílias.

Um dos aspectos marcantes que pudemos constatar foi a inadequação do *projeto concebido*, no que diz respeito à organização espacial das unidades, cujas proporções mostraram-se inapropriadas e sem correspondência com a realidade das famílias. É senso comum que a varanda e a cozinha exercem um papel central na vida cotidiana e produtiva dos camponeses. No entanto, estes ambientes foram suprimidos ou subdimensionados – enquanto a sala, por sua vez, teve sua área privilegiada (Figura 08). Outra evidência com relação à inadequação dos projetos foi verificada por algumas reformas ou ampliações realizadas pelas famílias, durante o processo construtivo, as quais contemplaram, em grande parte, a ausência das varandas.

A análise dos projetos arquitetônicos também nos permitiu constatar a presença de certa rigidez estrutural e espacial, em alguns contratos, o que dificultava as ampliações futuras. Percebemos também que a implantação das casas nos lotes não levou em consideração, necessariamente, os critérios de conforto térmico ou o desejo das famílias, mas sim o limite de comprimento do cabo de energia que conecta a unidade ao padrão de entrada.

Quanto aos aspectos do *projeto executado*, analisamos os estudos de caso sob três perspectivas centrais. Em primeiro lugar, é fundamental destacar que os canteiros de obras em assentamento rurais distinguem-se pela *grande distância entre as casas*, o que acaba por dificultar a distribuição dos materiais de obra e da organização do trabalho em canteiros dispersos. Identificamos diferentes estratégias utilizadas pelos



Figura 8: Exemplo de planta executada pelo programa e posterior reforma realizada pelas famílias. Fonte: Elaboração dos autores, 2018.

moradores e pelas empresas para contornar tais dificuldades, como a centralização da entrega de alguns materiais e sua posterior distribuição nos lotes, com a ajuda de tratores; ou o estabelecimento de acordos com as lojas de materiais, para que fossem entregues em cada lote. A situação menos problemática foi no assentamento Boa Esperança, mais compacto, onde verificamos inclusive a formação de pequenos núcleos de moradia, que no decorrer das obras possibilitou a consolidação de relações de vizinhança, de agrupamentos produtivos, bem como a dinamização do processo construtivo, o que também facilitou a disposição dos equipamentos alugados entre os canteiros bem como o fornecimento de água e energia.

Além da distância entre os canteiros de obras, também destacamos a distância entre os assentamentos e os centros urbanos mais próximos - onde estão localizadas as lojas de materiais de construção. Em nossos estudos de caso, esta distância chegava a alcançar até 40 quilômetros, refletindo significativamente no aumento do preço do frete. Devido às dificuldades de acesso e/ou de tráfego nas estradas internas dos assentamentos, algumas lojas se recusavam a realizar as entregas de materiais.

Outra característica importante relacionada ao projeto executado foi a *falta de infraestrutura nos canteiros de obra*. Ainda que as datas de implantação dos três assentamentos não fossem recentes (2007, 2012 e 2013) algumas infraestruturas básicas ainda não estavam consolidadas durante o processo construtivo (ou, estavam previstas após o término das obras, como era o caso da rede de energia). Por este motivo, em nenhum dos assentamentos havia energia elétrica durante os trabalhos nos canteiros de obras (ou na escala do assentamento, ou na escala do lote), obrigando as empresas a alugarem geradores para o funcionamento de betoneiras e etapas de serralheria. A ausência de energia elétrica também impossibilitava o bombeamento de água para os reservatórios coletivos, tornando o processo construtivo ainda mais precário e oneroso.

Por fim, a terceira perspectiva que nos pareceu relevante observar foi a *precariedade da mão de obra nos canteiros*. De forma geral, há que se destacar que a remuneração da mão de obra, no âmbito do PNHR, acompanhou a mesma lógica do programa; ou seja, foi também rebaixada e desvalorizada. As normativas do PNHR impediam que fosse destinado mais de 35% do valor total da obra à remuneração dos trabalhadores, o que resultava num valor. Essa disparidade foi relatada por um dos pedreiros entrevistados na pesquisa: “Aqui, o metro quadrado do piso sai por R\$ 7,00. Na cidade, o mesmo serviço sai por R\$ 27,00”. Como justificar que o mesmo trabalho vale na área rural $\frac{1}{4}$ do que vale na área urbana?

Junto ao trabalho desvalorizado e mal remunerado, outro aspecto que nos chamou a atenção foi a aplicação informal da própria mão de obra dos futuros moradores. Inserido no imaginário do incentivo ao trabalho coletivo, da construção de novas sociabilidades e da autogestão da obra e dos recursos, o regime construtivo contratado (a “autoconstrução assistida”) acabou por encobrir, nos casos analisados, uma precariedade ainda maior. Promovida pelas construtoras e até mesmo sugeridas pelos moradores, através de suas entidades organizadoras, essa “autoconstrução assistida” era, na verdade, a contratação de empresas que, por sua vez, subcontratavam mão-de-obra precarizada, abrindo brechas para diversas irregularidades de gestão dos recursos.

Considerações gerais

As reflexões elaboradas ao longo da pesquisa procuraram explorar os diferentes aspectos do *projeto de assentamento*, sobretudo quanto às condições que consegue mobilizar para consolidar e viabilizar a agricultura camponesa. É inquestionável que as condições de vida e produção, percebidas em campo, mantêm as famílias camponesas presas a uma situação de precariedade difícil de superar.

O uso das terras reflete um processo histórico do qual os camponeses permanecem reféns, o que demonstra que há uma disputa territorial entre a demanda por uma ampla reforma agrária e a ocupação de extensas áreas destinadas à produção de commodities em grande escala. Uma região historicamente marcada por inúmeros eventos de violência explícita (extensas áreas submetidas a processos de grilagem, expulsão de indígenas e camponeses, devastação ambiental - inclusive envolvendo o uso de poderosos desfolhantes - etc.), é hoje dominada pelo enfrentamento desproporcional entre as famílias camponesas e a agroindústria de produção de cana - muito mais poderosa, amparada pelo Estado, subsidiada pelos agentes econômicos,

²⁰MARX, K. O capital - crítica da economia política. Livro I, Seção IV. São Paulo: Boitempo, 2013, p.445.

sustentada por uma disponibilidade técnica a serviço da “produção de mais-valor” e não para “aliviar a faina diária de algum ser humano”²⁰, é altamente impactante, ambientalmente falanda, e produtora de ampla iniquidade territorial. Trata-se, portanto, de pura violência institucionalizada – o que nos sugere uma permanente reedição do que chamamos de faroeste paulista.

Caberia ainda ressaltar apenas mais um aspecto: a hegemonia do pensamento sobre a cidade, em detrimento de qualquer atenção às dinâmicas de vida nas não-cidades rurais, segue, grosso modo, os mesmos mecanismos de negação da vida camponesa, subsumida às avassaladoras lógicas ampliadas de reprodução do agronegócio. O discurso que subjaz a essa forma de cancelamento e invisibilidade insinua um determinismo imposto pelo “progresso” e pela mecanização intensificada – que liberaria o camponês e o trabalhador rural de ‘condições inóspitas’ de vida e reprodução de vida –, bem como o permanente reforço da acusação de anacronismo, conservadorismo e reação às virtudes da cidade – como *locus* da liberdade. É por esse caminho que também a cultura arquitetônica e urbanística ilustrada evita ou se esquiva desse campo de questões. Ou porque corrobora a ideia de que o campesinato tem que se transformar em massa de trabalhadores assalariados, inserida na lógica de reprodução imposta pelo urbano, ou porque considera as não-cidades (sobretudo as rurais) como um não-problema ou uma não-questão para o planejamento, a arquitetura e a construção.

Referências bibliográficas

- BOMBARDI, L. M. O papel da Geografia Agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. In: *GEOSP Espaço e Tempo* (online), v. 7, n. 2, p. 107-117, 2003.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Programa Nacional de Habitação Rural* (PNHR). Brasília: Ministério das Cidades/Secretaria de Habitação, 2013.
- FELICIANO, C. A. *Território em disputa: Terras (re)tomadas*. (Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema). 2009. 575 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- FERNANDES, B. M. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST*. 1999. 318 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- FERNANDES, B. M.; RAMALHO, C. B. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP). In: *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 239-254, set./dez. 2001. Disponível em: <<https://bit.ly/3eM2egR>>. Acesso em: 19 jul. 2020.
- INO, A. *et al. Síntese das discussões e propostas do II Colóquio Habitat e Cidadania: habitação social no campo*. São Carlos, 2011. No prelo.
- _____. I Seminário Regional do Habitat Rural: moradia, produção e a questão agrária no oeste paulista. *Caderno de Resumos*. 2019. 38 p. São Carlos: IAU-USP, 28 e 29 mar. 2019. ISBN: 978-85-66624-30-4. Disponível em: <<https://bit.ly/3h9xHeq>>. Acesso em: 19 jul. 2020.
- IPEA. Relatório Brasileiro para a Habitat III / relator: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília: ConCidades, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3abCTL1>>. Acesso: maio, 2020.

- LABCIDADE; ITDP BRASIL. *Ferramenta de Avaliação de Inserção Urbana para os empreendimentos de faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida* (2014). Disponível em: <<https://bit.ly/2K4e6Oi>>. Acesso: maio, 2020.
- LENZI, C. C. *A habitação camponesa no programa MCMV*. 2017. 142 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017.
- LOPES, J. M. A. O dorso da Cidade: os Sem Terra e a concepção de uma outra Cidade. In: SANTOS, B. de S. (org.). *Produzir para viver: os Caminhos da Produção não Capitalista*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002, v. único, p. 283-326.
- LOPES, J. M.; LENZI, C. C.; BORGES, A. H. O habitat da não-cidade como um problema para a arquitetura e urbanismo. In: *Revista Paranoá* (UnB) – Edição: Habitat no campo, nas águas e nas florestas, n. 17, 2017.
- MARX, K. K. *O capital* – crítica da economia política. Livro I, Seção IV. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. 3 ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MOURA, M. M. *Camponeses*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1986.
- OLIVEIRA, A. U. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. 1 ed. São Paulo: FFLCH, 2007. 184 p. Disponível em: <<https://bit.ly/30FB3PZ>>. Acesso em: 19 jul. 2020.
- _____. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. In: *Conflitos no Campo – Brasil 2015*. 240 p. Goiânia: CPT Nacional, abr. 2016. p. 28-42. Disponível em: <<https://bit.ly/30vtk6G>>. Acesso em: 19 jul. 2020.
- _____. *A Mundialização da agricultura brasileira*. São Paulo: Iandé Editorial, 2016. 545 p. Disponível em: <<https://bit.ly/30ogFm4>>. Acesso em: 19 jul. 2020.
- RODRÍGUEZ, A. S. C. *Qualidade da habitação nos assentamentos rurais no PNHR/PMCMV do estado de São Paulo*. Casos: Florestan Fernandes, Dona Carmem e Boa Esperança. 2016. 189 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.
- _____. *Habitação Camponesa: entre o projeto e a produção no PNHR*. 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2020.
- SAFATLE, V. P. *IV Semana do Bacharelado em Políticas Públicas*. Mesa de Abertura: Política ou barbárie: transformações no sujeito em meio às mudanças contextuais. São Bernardo do Campo: UFABC, 2019. 1 vídeo (1:45:39). Disponível em: <<https://bit.ly/3fFclf0>>. Acesso em: 19 jul. 2020.
- SERTORI, R. J. V. *Terra, moradia e trabalho: articulações e disputas nos assentamentos rurais do oeste paulista*. 2019. 339 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.
- SILVA, C. M. G. *Habitação Rural: uma luta por cidadania*. 2014. 152 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- SOURISSEAU, J. M. et al. *Les modèles familiaux de production agricole en question*. Comprendre leur diversité et leur fonctionnement. *Autrepart*, n° 62, p.159-181, 2012.

Recebido [Nov. 25, 2022]

Aprovado [Mar. 27, 2023]